

**HABEAS CORPUS Nº 492.504 - SC (2019/0037332-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : LUDMILA ACOSTA SAIBRO E OUTROS**  
**ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO CABREIRA SAIBRO - SC013438**  
**JACKSON ALESSANDRO DE ANDRADE CAETANO -**  
**DF049398**  
**LUDMILA ACOSTA SAIBRO - SC0038315**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**PACIENTE : JOÃO RODRIGUES**

**DECISÃO**

**JOÃO RODRIGUES** alega sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção e aponta como autoridade coatora o **Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na revisão criminal n. 5039869-03.2018.4.04.0000.**

Neste *writ*, a **defesa** insiste que "o pronunciamento da Primeira Turma do [...] Supremo Tribunal Federal não fez coisa julgada quanto a matéria ora em apreço, conquanto deixasse de se pronunciar sobre a prescrição da pretensão punitiva na modalidade do art. 110, §§ 1º e 2º, do CP, cuja declaração agora se requer" (fl. 6).

Relata, em apartada síntese, **que a revisão criminal, que tramita no Supremo Tribunal Federal sob o n. 5474**, com pedido de medida cautelar, foi encaminhada ao Plenário no final do ano passado e até o momento conta com 6 votos pelo seu não conhecimento e **está suspensa por pedido de vista do Ministro Presidente.**

Informa, ainda, que **a revisão criminal ajuizada perante o TRF4**, buscando o reconhecimento da atipicidade da conduta e/ou da prescrição penal, **não foi conhecida por aquela Corte**, e que, durante o recesso forense, **a defesa do paciente impetrou habeas corpus nesta Corte sob o n. 487.025**, cuja a liminar foi deferida pelo Presidente João Otávio de Noronha, a fim de determinar a suspensão da execução da pena tendo em vista a plausibilidade do direito invocado.

Noticia, também, que "o Ministério Público Federal ajuizou nova Reclamação perante o Supremo Tribunal Federal, tombada sob o nº 32.917, a qual teve seu seguimento negado por ser manifestamente incabível, tendo por base a jurisprudência firmada por aquela Corte no sentido de que não cabe reclamação contra decisão liminar" (fl. 9).

E, por fim, conta que "Nesse interregno, o Ministro Ademar Gonzaga do TSE indeferiu o Recurso Ordinário interposto pelo ora Paciente, reeleito com mais de 70 mil votos para a Câmara Federal, entendendo que na espécie incide o art. 1º, I, e, da LC 64/90, decorrente de condenação criminal."

Por tais circunstâncias, pugna, então, **pela suspensão dos efeitos da condenação com vistas a resgatar os direitos políticos de parlamentar reeleito democraticamente até o final julgamento do writ em que certamente deverá ser reconhecida a prescrição penal superveniente ou mesmo a atipicidade da conduta**, posto que o entendimento aplicado pelo TRF4 está em total descompasso com a jurisprudência deste colendo Superior Tribunal, bem como do Supremo Tribunal Federal.

**Decido.**

Em consulta ao sistema eletrônico da Suprema Corte, observo que ainda não sobreveio o julgamento na **Revisão Criminal n. 5474/SC ajuizada pela defesa**.

Assim, **refoge ao âmbito da competência do Superior Tribunal de Justiça a análise da questão trazida pelo impetrante neste habeas corpus**, haja vista que o efeito suspensivo pretendido somente é possível de ser examinado pelo Supremo Tribunal Federal em pedido incidental na revisão criminal, porquanto **foi aquela Corte que determinou o início da execução da pena**, mesmo porque, ainda que se possa, em tese, entender como plausível o pleito defensivo, não concebo possa o STJ rever decreto condenatório mantido pelo STF.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**